



# Anais da Assembleia

Nºs 173/174

CURITIBA, 23 e 24 DE DEZEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 253ª SESSÃO ORDINÁRIA  
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)  
REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1975  
(Terça-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Domingos Scarpelini e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Zuk, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (40); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ivo Thomazoni, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Rosário Pitelli e Trajano Bastos (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 62/75 e 203/75 e de Lei nºs 143/75, 185/75 e 187/75.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário, requer votos de louvor desta Casa ao Senhor Mamédio C. Bark, diretor da Revista "Rumo Paranaense"; extensivos ao jornalista Ali Bark, traduzindo nossa reverência pela extraordinária reportagem sobre a edificação da Biblioteca "Professor Bento Munhoz da Rocha Netto", construída e inaugurada pela brilhante administração do Prefeito Silvío Magalhães Barros, na cidade de Maringá.

Outrossim, requer louvores deste Poder para os jornalistas, professores, escritores e literatos Eloy da Cunha Costa, Gen. Luiz Carlos Tourinho, Pórcia Guimarães Alves, José Alves Pires Braga, Pompília Lopes dos Santos, Juril Carnasciali, Valfrido Piloto, Raquel C. do Amaral, O. Martins Gomes e Vasco José Taborda, pelos artigos que assinam na referida reportagem, traduzindo a magnitude da obra, o encantamento de Maringá e a

genialidade em termos de nobreza, cultura, dinamismo e amor ao próximo do "Grande Homem" Bento Munhoz da Rocha Netto.

Senhor Presidente, é necessário reverenciar a Cultura. Nos seus caminhos encontramos os alicerces do porvir, na ânsia sublime de mais subir, mais galgar, num evoluir constante para a conquista do Infinito.

Em terras paranaenses, o Professor Bento Munhoz da Rocha Netto foi o principal navegador, e o seu trabalho será perpétua inspiração. Benméritos são aqueles que revelaram às gerações o grandioso labor do amável estadista.

É indefinível o valor daqueles, sejam mestres ou apóstolos que ampliam os campos da sabedoria.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com o apoio do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa um voto de aplausos à magnífica realização da 1ª EXPOVEL, realizada na cidade de Cascavel.

A finalidade das exposições feiras que se realizam em várias cidades brasileiras, é levar ao homem que produz as novas técnicas e propiciar oportunidade de diálogo entre as classes produtoras, os industriais, os bancos e os técnicos. O Paraná começou a realizar as exposições feiras recentemente e já se afirma entre as melhores do país.

Cascavel e toda a região oeste do Paraná é uma das mais novas regiões que ingressaram neste terreno. É a primeira exposição que acaba de realizar e o seu sucesso foi dos mais absolutos, quer quanto à participação de expositores quer quanto à frequência do público, bem como quanto ao volume de negócios que ali se realizaram.

O subscritor do presente requer que da deliberação desta Casa, seja dada ciência à Comissão Organizadora da 1ª EXPOVEL e à Prefeitura Municipal daquela cidade que esteve à frente desse grande evento do oeste paranaense.

Sala das Comissões, em 23 de dezembro de 1975.

a) FUAD NACLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Respalado no Regimento Interno e mediante o apoio do plenário, requer um voto de aplausos ao Banco Brasileiro de Descontos S/A., pela instalação de uma agência em Nova Aurora.

O BRADESCO, dirigido pelo empresário Amadeu Aguiar, cuja sede na Cidade de Deus, em São Paulo, tem emprestado todo o seu apoio ao crescimento brasileiro. Sua rede de agências acham-se espalhadas por todo o território nacional, acompanhando os pioneiros, acompanhando o desenvolvimento e muitas vezes adiantando-se ao mesmo.

Os paranaenses já sentiram a ajuda do BRADESCO, já puderam avaliar sua atuação não meramente comercial, mas inclusive humana. A instalação da agência de Nova Aurora, significa mais uma vez o pioneirismo daquela casa bancária. Ela foi até o rio oeste para amparar a indústria, o comércio e especialmente

a agricultura. Estes são os motivos que nos levam a solicitar o presente voto de aplausos.

O subscritor do presente, requer, outrossim, que da deliberação da Casa seja dada ciência ao Sr. Amadeu Aguiar, e ao Gerente da Agência do Banco, em Nova Aurora, e aos Diretores do BRADESCO na região do Paraná, os Senhores Antonio Boria, e Antonio Inácio de Souza.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1975.

a) FUAD NACLI

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Jayme Armando Prosdócimo, DD. Secretário das Finanças, solicitando a sustação da ação fiscal na cidade de Palmeira, nesta data em que o povo se prepara para as festas natalinas e transcurso do novo ano, fato que, tanto mais pelas inusitadas características de que o comportamento fiscal vem se revestindo, está causando protestos generalizados do comércio, indústria e agricultores, desde que estão sendo submetidos a uma fiscalização drástica, inclusive com policiamento, ostensivamente armado, como se contribuinte fosse marginal, quando sobra certeza de que, o povo de Palmeira é ordeiro e cumpridor das suas obrigações.

De outro lado, ainda, colonos que nesta época do ano, aproveitam para colocar os seus produtos agropecuários junto às populações e desse modo, conseguir algum recurso financeiro, estão sendo compelidos a recolher imposto e multa, dos mais insignificantes valores, no ato, sem qualquer direito de defesa que a lei assegura, dada a pressão que no instante lhe é feita pelos agentes fiscais.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1975.

a) LINEU TURRA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., BANESTADO, solicitando a instalação de uma agência na sede do referido município de Porto Amazonas, para que seja possível o normal desenvolvimento de atividades econômicas e progresso na região.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final assina, requer à Mesa, ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, o artigo publicado à página 4 (quatro) do jornal "Folha do Norte do Paraná" editado em Maringá, de 10 de dezembro do corrente ano, sob o título "Juiz de Direito inocentou Eli Diniz".

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1975.

a) ANTONIO FACCI

## JUSTIFICATIVA:

No dia 21 de setembro pp. ocupamos a tribuna para justificar requerimento de nossa autoria, em que solicitamos providências da Secretaria de Segurança Pública, a respeito da atuação do Delegado Regional de Polícia de Maringá, principal-

mente no que se referia ao envolvimento do professor, advogado e vereador Eli Pereira Diniz. Acreditamos que a decisão judicial, seja a melhor prova de que não estávamos na oportunidade apenas defendendo um companheiro de partido. Como o assunto foi tratado desta tribuna e referendado pela Casa com a aprovação do requerimento, julgamo-nos no dever de trazer também ao conhecimento dos Senhores Deputados a decisão judicial inocentando o envolvido, e continuamos no aguardo das providências da Secretaria, com referência ao posicionamento do referido Delegado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Ocupo a tribuna, nesta oportunidade, para pedir um voto de pesar desta Assembléia Legislativa a um homem ilustre de minha cidade que, em data de ontem, terminou a sua caminhada na face da terra.

O requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, requer após ouvido o plenário, seja consignado votos de pesar pelo passamento do Senhor Tibúrcio Moraes, falecido ontem na cidade de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tibúrcio Moraes foi um dos mais antigos habitantes de minha cidade, muito serviço prestou ao desenvolvimento comunitário de Santo Antonio da Platina, como se no anonimato, desvendilhado das determinativas que a sociedade muitas vezes impõe ao homem, Tibúrcio, sempre se destacou como um dos mais humildes, era estimado por todos e todos os platinenses e viam em Tibúrcio Moraes, o homem digno do respeito e da admiração.

Sua caminhada terminou na face da terra, seu nome permanecerá na lembrança de um povo que o conheceu e admirou por muitos e muitos anos, seus feitos em favor da comunidade, não parou e jamais haverá de parar, ele despediu-se e foi para o além, porque seu dever neste planeta terráqueo foi cumprido, e para dar continuidade à sua obra de servir sem se preocupar em ser servido, deixou uma semente magistral, cuja produtividade em favor da terra em que nasceu, já se faz sentir por muitos anos. Tibúrcio, deixou seu filho Noel Cândido de Moraes, Professor, Advogado e Jornalista; Diretor proprietário do jornal da cidade, “Tribuna Platinense”, órgão de imprensa independente, que muito tem contribuído com o desenvolvimento social e administrativo comunitário.

Tibúrcio não morreu, ele apenas se despediu deste planeta, por haver nele cumprido até a última parcela de seu dever, o seu nome permanecerá na história dos pioneiros de minha querida cidade, Santo Antonio da Platina.

Daí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, aprovado o presente requerimento, dê a mesa, conhecimento ao Dr. Noel Cândido de Moraes, encaminhando cópia deste nosso modesto pronunciamento em cujas humildes palavras, prestamos o nosso tributo de homenagem àquele que soube primar pela honradez, dignidade e respeito, durante o período que na terra permaneceu. O endereço para encaminhamento da correspondência é: rua Carlos de Carvalho, 1304, nesta Capital”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. — (Pausa).

Não se encontrando presente o nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, segundo orador inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Escolhemos, como último pronunciamento deste ano de 75, para prestar uma homenagem muito significativa, escrevendo nos Anais desta Casa o trabalho honesto e profícuo com que o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural vem promovendo não só no Estado do Paraná, mas em todo o Brasil.

Está, como uma forma de agradecer ao ilustre homem que dirige e preside o Conselho Diretor do FUNRURAL, que é o Dr. Líbero Massari.

Aliás, diga-se de passagem, que o Dr. Lívio, desde 1965, quando o FUNRURAL dava os primeiros passos, na Guanabara, numa sala de 3x3, Dr. Lívio aceitou a incumbência do então Presidente Castelo Branco, para estruturar aquilo que seria a maior e mais justa reivindicação que o Governo poderia atender a classe de trabalhadores rurais.

(Lendo): “Propomo-nos hoje a apresentar uma retrospectiva de um órgão autárquico do qual nós — como Estado ainda agrícola, calcado numa estrutura rural, dependente de recursos no setor agropecuário e, principalmente, de assistência aos homens que sustentam as lavouras do Paraná — deveríamos tomar conhecimento e acompanhar, com o maior interesse, o resultado de suas funções. Referimo-nos ao FUNRURAL — Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural — uma sigla já conhecida bastante no interior do Estado, mas ainda pouco explorada a nível de conhecimento de suas realizações. Comprometidos que estamos com o homem do campo, temos de reconhecer a grande valia que o FUNRURAL tem alcançado, em todos os municípios do Paraná, através dos benefícios que concedeu, ao longo de seus onze anos de atividades.

A implantação de um sistema de previdência, no Brasil, iniciou em 1923, e veio se ampliando, desde então, até chegar a uma necessidade básica do homem do campo, através da instituição do Prorural, em maio de 1971. Anteriormente, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural buscou implantar a previdência no meio agrário, o mesmo acontecendo com o Decreto Lei 276, que buscava dar providências capazes de solucionar os problemas atinentes ao meio rural. Mas, somente com a criação do Prorural, regulamentado pelo Decreto Lei 69919, de 11 de janeiro de 1972, o atendimento ao homem do campo, e seus dependentes, foi efetivado. Com a vigência dessa lei, passou a existir, e a ser aplicado, um sistema de previdência social ao trabalhador rural, concedendo a eles diversos benefícios pecuniários.

O Prorural teve sua execução, por lei, atribuída ao FUNRURAL, que funciona como uma autarquia federal, administrada por um Conselho Diretor, presidido pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, e com diretorias regionais, sediadas nas Capitais dos Estados. Talvez cansemos um pouco os nobres colegas com a citação de cifras, dados, especificações. Mas, a elucidação se faz necessária, inquiridos que somos, muitas vezes, sobre o que é feito em favor do homem do campo. Necessária, também por apresentarmos números concretos e incontestáveis, dando conta de que, se o trabalhador na lavoura ainda não encontrou seu justo lugar, muita coisa tem sido feita — paralela a outros esforços — para que a família rural não fique entregue à própria sorte.

Os dados que possuímos são referentes ao ano de 1974, e, acreditamos, no balanço deste ano, ainda não divulgado pelo FUNRURAL, as cifras devem ter sido bastante acrescidas. Em 1974, a receita do FUNRURAL foi de Cr\$ 3.650.884.893,12, assim obtida: Contribuição sobre a folha de salários das empresas vinculadas ao INPS (2,4, por cento) — Cr\$ 2.407.953.817,60

Contribuição sobre a produção rural (2 por cento) Cr\$

1.088.739.802,30

Receita Patrimonial — Cr\$ 116.021.536,91

Receitas diversas — Cr\$ 38.169.642,32

Foram dispendidos, no mesmo exercício somente com o pagamento de Benefícios Pecuniários e Serviços de Saúde, quase a totalidade dessa receita: Cr\$ 3.643.952.522,94. Essas cifras dizem respeito ao FUNRURAL em todo o Brasil, em seu serviço de atendimento. O que nos interessa mais de perto, são os dados atinentes ao Paraná. Mas, antes de reafirmar ou seja relatá-los, permitimo-nos, à guisa de esclarecimentos, registrar que, nos termos da Lei Complementar número 11, de 25/05/71, e legislação subsequente, o FUNRURAL, concede os seguintes Benefícios pecuniários:

APOSENTADORIA POR VELHICE (Cr\$ 267,00) — Ao trabalhador, aos 65 anos de idade, no valor de 50 por cento do maior salário-mínimo vigente do País.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (Cr\$ 267,00) — Ao trabalhador vítima de enfermidade ou lesão orgânica, que o torne definitivamente incapaz para o trabalho. A mesma quantia paga pela aposentadoria por velhice.

PENSÃO POR MORTE (Cr\$ 267,00) — Aos dependentes do trabalhador falecido, 50 por cento do maior salário-mínimo do País.

AUXÍLIO FUNERAL (Cr\$ 533,00) — Equivalente a um salário-mínimo de acordo com o maior valor no País, pago por morte do trabalhador ou seu cônjuge a quem tiver custeado o sepultamento.

Esses, os benefícios mais antigos, instituídos pelo Prorural. Posteriormente, o FUNRURAL passou a conceder, a partir de julho deste ano, de acordo com a Lei 6195, de 19/12/74, outros benefícios, por acidente de trabalho: “auxílio-doença”, no valor mensal de 75 por cento do maior salário-mínimo vigente no País; “aposentadoria e pensões”, de valor idêntico ao do auxílio doença; já se encontram também, em plena vigência, as providências da Lei 6179, de 11/12/74, que veio instituir o amparo previdenciário (benefícios pecuniários e assistência médica) para os “maiores de 70 anos ou inválidos”.

Feitos esses esclarecimentos, passamos a nos ater especificamente ao Paraná que teve, na arrecadação total do FUNRURAL em todo o Brasil de 1974, aproximadamente a duodécima parte: Cr\$ 306.801.322,00, assim obtida:

Contribuição vinculada ao INPS (2,4 por cento) - . . . .

Cr\$ 114.793.302,00

Contribuição sobre produção rural (2 por cento) .....

Cr\$ 192.008.020,00.

Nesta segunda parcela, a da contribuição sobre a produção rural, o Paraná só foi superado por São Paulo, que totalizou quase trezentos milhões de cruzeiros.

Mas, colocou-se adiante do Rio Grande do Sul, com uma diferença de 806 mil cruzeiros. Somadas, no entanto, as duas fontes de receitas consideradas, o Paraná se coloca como o terceiro Estado brasileiro em arrecadação para o FUNRURAL, seguindo São Paulo e Rio Grande do Sul, que apresentaram, no ano passado, maiores arrecadações. Do total da arrecadação paranaense foram aplicados, pelo FUNRURAL, no Estado, cr\$ 276.448.468,00, assim distribuídos: Pagamento de Benefícios pecuniários - Cr\$ 221.545.617,00 Pagamento de Serviços de Saúde - Cr\$ 51.675.000,00 Equipamentos cedidos em regime de doação condicionadas — Cr\$ 3.227.851,00

Os benefícios Pecuniários consumiram a grande parte do total aplicado, tendo as “aposentadorias por velhice” alcançado, em 1974, o pagamento da quantia de Cr\$ 188.449.849,00 Aposentadoria por invalidez — Cr\$ 14.733.750,00 Pensões — Cr\$ 17.369.403,00 Auxílios-funeral — Cr\$ 992.615,00

A quantia referente a serviços de saúde, no total de quase 52 milhões de cruzeiros, correspondete aos subídios pagos, em 1974, às 533 entidades convenientes que, no Estado do Paraná, prestaram assistência médica hospitalar, ambulatorial e odontológica ao trabalhador rural e seus dependentes. Em todo o país, até dezembro de 1974, o FUNRURAL havia celebrado 6.540 convênios, entre hospitalares (2.159), ambulatoriais (2.293) e odontológicos (2.088).

Ao Paraná, como já citamos, correspondeu a quantia de 533 convênios, sendo 206 hospitalares, 170 ambulatoriais e 157 odontológicos.

Para que melhor fique elucidado o trabalho do FUNRURAL em todo o País, e, especificamente, no Paraná, permitimo-nos a citação de dados mais completos:

TRATAMENTO AMBULATORIAL	no País	no Paraná
Consultas médicas	7.475.357	422.732
Pequenas cirurgias	1.776.542	11.037

TRATAMENTO HOSPITALAR COM INTERNAÇÃO		
Partos normais	257.888	23.995
Partos cirúrgicos	46.532	6.924

TRATAMENTO ODONTOLÓGICO EM 1974		
No País ....	Em Hospitais	Em Sindicatos
	588.067	5.216.013
No Estado do Paraná	12.713	392.793"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando ainda com o atendimento específico ao Estado do Paraná, nós gostaríamos de citar os dados atuais. O que falamos até agora foi referente a 1974. O que vamos passar a ler é o que está concedido até 30 de novembro de 1975, há menos de um mês atrás: (Lê):

"Ministério da Previdência e a Assistência Social

FUNDO DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL  
Diretoria Regional no Estado do Paraná

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ATÉ 30.11.75

Pensão: 12.600  
Velhice: 92.400  
Invelidez: 9.100  
Amparo Previdenciário: 2.800  
Funeral: 16.800  
Total: 133.700  
Benefícios em Manutenção: 116.900  
Benefícios de prestação única (pagos) 16.800  
Total: 133.700  
Despesa mensal com Benefícios Pecuniários: Cr\$ 33.814.000,00

PARA O PRÓXIMO ANO:

Construções de Hospitais:  
Realeza — 60 leitos  
Porecatu — 60 leitos  
Tuneiras do Oeste — 20 leitos  
Guaravera — 20 leitos  
Iretama — 20 leitos  
Candanduvas do Sul — 20 leitos  
Fênix — 20 leitos

53 ambulâncias  
30 Gabinetes Odontológicos  
50 ambulatórios médicos  
60 Laboratórios de Análises.

ASSISTÊNCIA MÉDICA:

Convênios Hospitalares:  
Locais em vigência — 217  
Locais-vigência a partir de janeiro/76 — 25  
Regionais — 14

Estadual — 1  
TOTAL — 257

Convênios Ambulatoriais:  
Em vigência — 242  
Unidades Móveis:  
ônibus — 7  
lancha — 1  
TOTAL: 250

Convênios Odontológicos:  
Em vigência — 217  
Unidades móveis:  
ônibus — 7  
lancha — 1  
TOTAL — 225  
TOTAL GERAL — 732

DESPESA MENSAL COM ASSISTÊNCIA MÉDICA

Convênios Hospitalares — Cr\$ 8.315.500,00  
Convênios Ambulatoriais — Cr\$ 2.053.400,00  
Convênios Odontológicos — Cr\$ 1.684.800,00  
O TOTAL — Cr\$ 12.053.700,00"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós aqui formos além, e multiplicarmos por 12 os 45 milhões de cruzeiros, nós vamos notar que do Paraná, que no ano passado arrecadou apenas 306 milhões, tem aplicado, neste ano, no Estado do Paraná mais de 540 milhões, pelo FUNRURAL. É bom que se diga que o FUNRURAL é talvez uma das poucas entidades brasileiras que funcionam com o orçamento do ano anterior. Isto quer dizer que o FUNRURAL está arrecadando, este ano de 1975, ele aplicará no ano de 1976.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, quero cumprimentar V. Exa. por este registro que faz V. Exa. nesta tarde, isto é, do atendimento feito pelo FUNRURAL. É uma demonstração de que o Governo da Revolução vem procurando valorizar o Homem.

Hoje, graças a Deus, nós podemos dizer que o trabalhador rural, aquele no momento da doença, no momento mais difícil, ele procurava um hospital como indigente, ele não podia dizer que era um trabalhador rural, hoje, felizmente, ele pode dizer que é um trabalhador rural, hoje, felizmente, pode compecer dizer que é um trabalhador rural, apresentando sua nota, exigindo o seu direito como trabalhador rural, recebendo a assistência devida. Nos pronunciamento que fiz durante a campanha política, fazia observações a esse atendimento, dizendo que ainda não é o que nós queremos, o que nós esperamos, porque tudo não se resolve de uma hora para outra, é preciso que se aperfeiçoe mais ainda os escritórios regionais, que haja um treinamento dos chefes de escritórios para melhor orientarem porque estes coitados, principalmente os velhos, que procuram sua aposentadoria por estes órgãos, não têm orientação, não têm assim um certo conhecimento e a facilidade no encaminhamento dos documentos, mas aí o Governo demonstra seu interesse, seu atendimento, porque hoje que nós caminhamos para uma nova técnica, é preciso que haja mão-de-obra especializada. Nós vamos ficar daqui a bem pouco tempo, com menos gente na zona rural e produzindo muito mais e o Governo procura orientar e amparar os trabalhadores, para que sejam incentivados aqueles que ficam na zona rural, para que lá permaneçam, e procurando dar por outro lado, uma oportunidade para que tenham mão-de-obra especializada e procura dar melhores condições àqueles que deixam a lavoura, que vêm para a cidade, para que tenham mão-de-obra especializada e procurem outros setores na sua nova condição de vida. Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento que faz nesta tarde, demonstrando assim o interesse e o compromisso assumido pelo Governo da

Revolução, de atendimento ao homem, principalmente o homem do campo, aquele mais sofrido, aquele não era reconhecido, como trabalhador rural e na hora difícil, ele aparecia como indigente. Cumprimento V. Exa. e cumprimento também V. Exa. na qualidade de Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, que muito tem contribuído, na sua Federação tem procurado orientar e incentivar o trabalhador no caminho de orientação para procurar os seus legítimos direitos, e recebam a assistência a que têm direito. Sabemos que o Paraná tem orientado o trabalhador para que recebam o auxílio pelo atendimento, procurando treiná-lo e orientá-lo a seu sindicato.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, as minhas escusas porque não pude chegar em tempo de ouvir o seu pronunciamento "in totum" mas, de qualquer maneira, eu queria, a título de colaboração, cumprimentar o ilustre Deputado que é um verdadeiro abnegado. V. Exa. como Presidente desta entidade, demonstrou no decorrer do ano de 75, uma dedicação toda especial porque se não fosse homens da sua capacidade, da sua envergadura, o nosso lavrador, aquele lavrador que ultrapassa a idade, jamais teria um aparo e V. Exa. batalhou o ano todo por este homem do campo. Nada mais justo que no encerramento dos nossos trabalhos, V. Exa. trouxesse a esta Casa, ao conhecimento do povo, uma prestação de contas de tudo aquilo que foi feito em benefício do nosso lavrador.

Congratulo-me com V. Exa. e queria dar, como testemunho o meu município, o município de Pitanga que tem já hoje, lá, quase 1.200 ou dois mil lavradores aposentados pelo FUNRURAL, que recebem, evidentemente que não a quantia que nós, talvez V. Exa. deseje, mas uma quantia que dá para seu sustento, para seu convívio, no fim da sua existência. Eles que tanto labutaram, que tanto trabalharam na terra e que tanto sofreram, nada mais justo que no fim de suas existências receberem um ordenado que lhes venha proporcioná-los, através do FUNRURAL.

Também, queria, na oportunidade, nobre Deputado estender os meus agradecimentos em nome dos lavradores do meu município, principalmente, do município de Pitanga, queria agradecer primeiramente a V. Exa. pelo que tem feito e também, que fosse extensivo ao Coronel Mário de Souza, Presidente da federação, homem também que labutou, que labuta e que trabalha em prol do FUNRURAL.

Portanto, aqui fica, pedindo as minhas escusas, os meus parabéns, pelo vosso pronunciamento.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Jurandir Messias a V. Exa., e ao ilustre Deputado Gilberto Carvalho, sinceramente, nós agradecemos e nos sentimos imerecidos das palavras referentes à nossa pessoa. Nós, nobre Deputado, ficamos satisfeitos inclusive, em V. Exa. lembrar o nome deste valoroso homem, Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Dr. Mário Stadler de Souza, que evidentemente foi uma das revelações sindicais, que nós tivemos em 1975. Aí está o lado oposto que representa a classe patronal, mas o seu espírito de camaradagem, o diálogo que existe com o Dr. Mário Stadler de Souza, é realmente espetacular. A designação dele, frente à FAEP, tem feito com que o nosso Paraná, tenha obtido muitas reivindicações. E as nossas reivindicações que fazemos, grande parte delas, são feitas juntamente com a Federação de Agricultura do Paraná.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre Deputado, pela oportunidade que me dá, de mais uma vez congratular-me com V. Exa. pelo espírito de luta e combatividade que sempre teve, em favor do Paraná.

Verifiquei e senti, na decorrência do seu pronunciamento,

a expressão magnífica das cifras aplicadas em favor do trabalhador do Paraná através do FUNRURAL.

É evidentemente, um mérito extraordinário para aqueles que participaram direta e indiretamente e vêm participando neste trabalho de atendimento, principalmente, ao trabalhador rural assalariado, do nosso Paraná.

Mas, eu queria nesta oportunidade pedir a V. Exa. que, com este espírito de combatividade e de altruísmo e de verdadeiro advogado do trabalhador do Paraná, verificasse as falhas que são observadas constantemente, principalmente, na concessão de aposentadoria, ao trabalhador doente, inválido para o trabalho e até mesmo aqueles trabalhadores cuja idade lhes dá o direito da pensão estabelecida na Lei que criou o organismo do FUNRURAL.

Nós recebemos constantemente, principalmente, nestes últimos dois anos, queixas e reclamações de pessoas que tiveram suas aposentadorias obstadas, sem nenhuma justificativa.

E vendo aqui, minha pasta agora, tenho um carnet de concessão de aposentadoria, de uma das pessoas do meu município, Santo Antonio da Platina, Sr. Antoni Napoleão Ferreira. Diz aqui, no verso do cartão:

"Entrou em recurso em data de 14/09/75; foi assinada e dada a aposentadoria, sem qualquer justificativa. Deste fato, eu recebi também uma carta de Jacarezinho, naturalmente, pessoa conhecida do Antonio Napoleão Ferreira, cuja carta diz o seguinte: (Lê):

"Nobre Deputado:

Venho, por intermédio desta missiva, à presença de V. Exa. para fazer um pedido: o portador desta, Sr. Antonio Napoleão Ferreira, que trabalhou na lavoura mais de 30 anos, como administrador de fazenda e lavrador, e pretende conseguir aposentadoria, e dela tem direito, porque é portador de uma asma brônquica".

E esse homem, nobre Deputado, é um exemplo de milhares de pessoas que conheço que já preencheram as condições, que alcançaram a aposentadoria, os seus direitos, sem qualquer justificativa do Departamento competente.

E ainda há poucos dias, me dirigi ao FUNRURAL de Curitiba, órgão mater do FUNRURAL do Paraná, para solicitar informações de casos como este. E a resposta do Chefe do Departamento foi de que "infelizmente, eles não poderiam fornecer nenhuma informação". E essas informações só poderiam ser dadas pelos agentes do FUNRURAL de cada município. É preciso que se dê informações mais amplas para que as leis votadas no sentido de amparar ao trabalhador rural sejam executadas fielmente, como elas devem ser.

Porque, na minha cidade, existem inúmeros homens aposentados de uma forma criminosa, embora essas aposentadorias não dêem condições de ninguém subsistir — mas, essas pessoas não exerceram atividades rurais. Embora tenham exercido profissões humildes, mas em outras atividades que não a rural.

Isto nobre Deputado, é apenas para lembrar a V. Exa. que, com esse espírito de combatividade, com essa vontade de tomar a si as causas justas do trabalhador rural, a fim de que se dê melhores informações, informações exatas, àqueles que as procuram.

Porque, se em Santo Antonio da Platina, o agente rural não sofre ingerência política, talvez em outras cidades sofra o FUNRURAL, sofra ingerência política.

E para evitar que isso continue acontecendo, é preciso que o organismo mater, o FUNRURAL de Curitiba, dê amplas informações àqueles que solicitarem.

Nobre Deputado, agradeço a V. Exa. e peço desculpas por ter me alongado, mas eu sempre entendi o sacrifício do trabalhador rural do Paraná e consequentemente do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Gostaria de agradecer o aparte do nobre Deputado Lúcio Machado e dizer o seguinte: existe dentro do órgão, do FUNRURAL do Estado do Paraná, uma Comissão revisora para dar atendimento a esses casos de recursos. Essa Comissão revisora é presidida pelo nobre Diretor do FUNRURAL de nosso Estado e tendo ainda dois membros: um Representante da Federação da Agricultura e outro Representante da Federação dos Trabalhadores Rurais de Curitiba.

E essa Comissão, pelo menos dos casos que tomei conhecimento faz com que o trabalhador volte novamente a receber o seu benefício.

E neste caso específico de Santo Antonio da Platina, não sei se foi realizado como deveria ter sido, mas o trabalhador poderia procurar o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Antonio da Platina, ou o próprio Sindicato Rural de Santo Antonio da Platina está já de posse do papel próprio para o recurso, o que acontece muitas vezes é que o número de recursos de Curitiba é realmente muito grande.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Parece-me que a Associação Rural de Santo Antonio da Platina, ao invés de informar e dar provimento aos interessados, ela afasta, amedronta aos interessados. Até a gente começa a sentir que há uma política entre a Associação e o Sindicato, que está acima dos interesses comuns e objetivos, que seria a assistência ao trabalhador rural. Essa Junta de Julgamento deveria esclarecer e dar oportunidade para que o trabalhador prove, que realmente trabalhou na lavoura durante um determinado tempo. Enquanto não houver ampla informação sobre a Lei, essa mesma Lei não poderá ser executada com justiça. Digo isso apenas porque tenho conhecimento dos fatos e em Santo Antonio da Platina principalmente, em que ao invés da Associação Rural informar aqueles que procuram informações, ela desinforma, dando impressão de que há uma política entre os dois organismos.

O SR. LÁZARO DUMONT — Não posso responder pela Associação Rural, mas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, que, aliás, é bastante novo em sua cidade e tem orientação específica da Federação que orienta os trabalhos.

O SR. LÚCIO MACHADO — Ainda queria informar a V. Exa. que realmente o Sindicato Rural em Santo Antonio da Platina é e falta estrutura. Acho que nenhum organismo sindical poderá funcionar sem que junto a ele exista um Departamento Jurídico para resolução de casos dessa natureza. E me parece, segundo posso até confirmar, porque o advogado do meu escritório, é que prestava serviço ao Sindicato Rural, e deixou de prestá-lo porque não recebia qualquer numerário sobre os serviços prestados. Esse Sindicato ainda não está em condições que possa representar a classe trabalhadora do meu município, é necessário que se estruture em condições sindicais, dentro do organismo do trabalhador rural, para que não haja injustiças, principalmente no caso de aposentadoria e assistência social ao trabalhador.

O SR. LÁZARO DUMONT — Repito a V. Exa. que o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Antonio é assistido por dois advogados, Dr. Anselmo e Dr. Arnaldo.

O SR. LÚCIO MACHADO — Esses dois advogados que cita V. Exa., me parece que estão a serviço de uma série de unidades sindicais da região e, se não me engano, a prestação de serviços jurídicos por esses dois profissionais, tem sido das piores, porque conheço alguns casos, poderia até manter contato com os trabalhadores que procuraram esses advogados e que não foram atendidos, ao contrário, foram amedrontados.

Então, é falta de estrutura.

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado, o Sindicato de

Santo Antonio da Platina tem menos de 1 ano e o Sindicalismo Rural brasileiro tem 10 anos. Não é fácil, nem V. Exa. nem eu podemos conseguir organizar tudo em um ano.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não poderia deixar de cumprimentar V. Exa. nesta tarde, neste fim de ano, quando V. Exa., Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná, vem de público dar contas de suas atividades. Não poderia me calar, nobre Deputado, porque conheço desde a minha infância a luta do homem do campo. Como filho de lavrador e ex-lavrador não poderia ficar quieto num momento como este, não poderia deixar de levar a V. Exa. meus sinceros parabéns e meus sinceros agradecimentos.

Reconheço em V. Exa. um dos mais dignos representantes do homem rural nesta Casa do povo; daquele homem do campo tão sacrificado e espezinhado por décadas e por eternidades; daquele homem que sofre como eu sofri, como V. Exa. sofreu, — por isto esta luta — as intempéries do tempo; que viveu no rancho; que sentiu o vento passar de parede a parede, vento a estraçalhar o seu teto, filhos desesperançados pela falta de atendimento.

Esse homem do campo, nobre Deputado, tem sido o herói anônimo do progresso deste País e deste Estado; é o homem que acredita no Governo quando diz “plante que o Governo garante”; é o homem sem preço para seus produtos, mas é o homem que paga caro suas sementes e adubos.

Esse homem hoje começa a querer sentir, não concordo, de que esta felicidade vem do Governo da Revolução. Pelo contrário se deve a homens como V. Exa. que, depois de ter brilhantemente trilhado esse calvário de sofrimento, se joga na vida pública a defendê-lo de corpo e alma.

Estou satisfeito porque, mesmo não sendo do Partido do Governo na nossa campanha eleitoral e criticando a falta de atendimento pelos Sindicatos, fomos eleitos, viemos para esta Casa e aqui continuamos nossa luta em favor do homem do campo.

Já se disse e nós concordamos que se se extinguir a cidade, o campo sobrevive, mas se se extinguir o campo a cidade sucumbe.

Continuamos, nesta Casa, ao lado de V. Exa. durante este ano que passou, o ano todo a defender o homem do campo porque nós sobreviveremos, se eles sobreviverem. E nós vemos, nobre Deputado, graças ao atendimento de homens como V. Exa., na direção dos sindicatos, que eles têm funcionado — é claro que não perfeitamente, mas, muito melhor do que antes — dado o idealismo de uma plêiade de homens deste País. E nós, nobre Deputado Lázaro Dumont, que durante a campanha apregoávamos isto, que durante este ano defendemos o lavrador a todo o instante e que vemos agora, um relatório como este de V. Exa., de atendimento ao homem do campo, não poderíamos deixar de dizer em nome do lavrador paranaense e da minha região, MUITO OBRIGADO Deputado Lázaro Dumont, como Presidente dos Sindicatos do Paraná e como Deputado que defende o lavrador nesta Casa de Leis.

Termino, dizendo e repetindo:

V. Exa. é um dos orgulhos desta CASA.

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado, Deputado Jayme Carvalho.

Tenho certeza de que V. Exa. foi movido mais pela amizade, e suas palavras deixaram-me bastante emocionado.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer do carinho que os homens do FUNRURAL têm para com o Paraná, e gostaria de citar alguns dados que demonstram que, se nós não estamos ainda num estágio de uma organização perfeita, porque há muita gente que poderia fazer isto mas, parece, não tem interesse em que o lavrador se ambienta, estamos próximos a isto:



O Estado de Minas Gerais, com aproximadamente 900 municípios — se não me engano — tem 160 representações no FUNRURAL;

O Estado de São Paulo, com quase 600 municípios, tem 140 representações no FUNRURAL;

O Estado do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 400 municípios, tem 112 representações no FUNRURAL;

O Estado do Paraná, com 282 municípios, tem 98 representantes no FUNRURAL.

Então, proporcionalmente, o FUNRURAL está mais presente no nosso Estado do que em qualquer outro Estado brasileiro.

Ainda há os números, que realmente mostram a forma correta e legítima do FUNRURAL administrar;

Hoje, o Estado do Maranhão, por exemplo, é um Estado que contribui anualmente, para o FUNRURAL, somente com 16 milhões; as despesas mensais, no Estado do Maranhão, por incrível que pareça, atingem 16 milhões de cruzeiros. Então é uma distribuição equitativa.

Muitas vezes nós até criticamos o FUNRURAL, porque não se aplica mais, no Paraná. Mas acontece que em outros Estados muito mais pobres do que o nosso, existem, residem milhares que sofrem da mesma maneira que as nossas populações, mulheres que sofrem da mesma maneira que as nossas, à hora do parto, existem velhos que sofrem tanto quanto os velhos do nosso Estado. Então, é necessário dar-se também a estes irmãos brasileiros, estas mesmas condições dadas ao homem do Estado do Paraná.

Não desejaria me alongar mais, mas, são exemplos contundentes:

Eu tive a honra, a felicidade, foi um grande orgulho para mim, de ser convidado a representar o Brasil na Organização Internacional do Brasil, em Genebra, em 1967 e 1969; em 1969, somente em Genebra, a Organização Internacional do Trabalho completava 50 anos, hoje, 56 anos de existência; em 1967 pela primeira vez, compareceram duas delegações de trabalhadores rurais, em Genebra, reivindicando benefícios a trabalhadores rurais, e a homens da zona rural — o Brasil e a Venezuela.

Nunca, neste mundo, mesmo em congressos internacionais, lembraram-se daqueles que enchem a barriga dos homens. O Brasil é o primeiro organismo do mundo, a ter uma organização previdenciária ao homem rural, e graça a quê?

Graças a Deus, graças ao bom senso dos homens que nós hoje temos e a luta do FUNRURAL brasileiro, nascendo por este Brasil afora, desde as fronteiras do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que levou a reivindicação do mais humilde dos mais simples homens que constroem o Brasil e não pedem nada para si, somente justiça.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, assisti com muita atenção os dados estatísticos pelos quais V. Exa. relata o atendimento ao homem sofrido do campo e assisti até emocionado porque recordo, nobre Deputado, de quantas vezes através da Associação Rural de Piraquara, eu visitava e reivindicava o atendimento ao homem do campo aos órgãos governamentais do Paraná, no Ministério da Agricultura, na época no Rio de Janeiro e até à Presidência da República em certas áreas que são ditadas e que devem ser respeitados os homens do campo.

Ouvimos também apartes dos oradores que lhe apartearam e lamentamos aqui, entre linhas, em que se disse a V. Exa., que esse atendimento não se deve aos homens da Revolução, os quais está incluído V. Exa. e não admitimos e justificamos porque, antes da Revolução fundamos sindicatos de trabalhadores em Agudos do Sul, Contenda, Piraquara, Araucária. E nenhum deles foi atendido porque não existia, lá em cima, os homens da Revolução. É com justa razão que V. Exa. diz agora

e com muita propriedade que os sindicatos rurais começaram a funcionar e dentro de 10 anos, o que significa dizer que foi preciso a Revolução para respeitar o homem da terra.

Este o aparte que queria dizer a V. Exa.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu aparteei V. Exa. para prestar ao homem certo a certa homenagem e no meu aparte disse, nobre Deputado, refutando as palavras do Deputado Gilberto Carvalho, e refutando as palavras de V. Exa. agora, Deputado Leopoldo Jacomel, de que esse atendimento ao homem do campo, ao trabalhador rural não deve mesmo e repito, ao Governo da Revolução porque, nobre Deputado, repetindo eu dizia que o homem do naípe e da estirpe de V. Exa. na direção das Federações e dos Sindicatos deste País, é que fizeram com que o homem do campo tivesse esperança de subir amanhã porque laboraram ontem e não reputo, nobre Deputado, prestígio nenhum neste atendimento à Revolução, porque está aí o INPS que não funciona e é revolucionário, está aí o Paraná com cinco anos, 6 governos, parado estagnado, arrebitado, sem escolas, estradas e sem assistência social, está aí o Paraná hoje marginalizado pelo Governo Revolucionário, quanto à questão de café. Então, eu poderia citar o AI-5, até a própria segurança pública e tantos outros e todas as falhas deste Governo, então deixo só a V. Exa. e aos homens dignos do partido do Governo, que dirigem os Sindicatos deste País, fazendo com que lavradores e seus filhos sorriam. Deixo só a V. Exa. porque não tenho condições, nobre Deputado, de deixar ao governo revolucionário infelizmente, eu gostaria de fazê-lo, os meus parabéns.

E termino, dado o que me foi dado ontem à tarde, fazendo um pedido. Faça o povo de Moreira Sales sorrir, vamos inaugurar o Sindicato do meu Posto.

Muito obrigado.

O SR. ARIAGÃO DE MATTOS LEÃO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ouvimos com atenção o pronunciamento de V. Exa., e a par de sabermos, que V. Exa. sem dúvida, um batalhador incansável pela causa sindical do Paraná, sem dúvida nenhuma é digno das homenagens que me foram prestadas, e concordamos com V. Exa. porque temos tido oportunidade de sentir no interior do Estado, junto ao povo paranaense, o que tem produzido em termos de assistência social, tanto o INPS como o FUNRURAL, nós não podemos concordar, de forma nenhuma, com as afirmações proferidas pelo nobre Deputado Jayme Carvalho, porque gostaríamos de imaginar, se o INPS hoje, que atende milhares de casos de doenças, e de previdência neste Brasil, deixasse de funcionar, qual o abalo social que provocaria na estrutura da Nação?

O INPS tem seus defeitos, tem suas falhas. O INPS muitas vezes, tem na sua direção e na direção das suas sessões e departamentos, homens que talvez não servissem para os cargos que ocupam. Mas, como atendimento social, o INPS veio trazer um benefício incalculável à população do Brasil. É a partir disso, o FUNRURAL, nós, que labutamos no interior, de hoje, sentimos e que trabalhávamos também no setor da medicina, sentíamos a dificuldade extrema, de uma pobre mulher do campo dar a luz a um filho, quando não tinha garantias de assistência médica. E isso se deve ao trabalho sindical em nosso Estado.

Mas se deve também à sensibilidade do Governo revolucionário que sentiu o problema da Nação e do povo brasileiro.

E a par disso, gostaríamos de registrar, o trabalho do FUNRURAL do Paraná, que bem disse V. Exa. na pessoa dos recentes diretores que por aqui passaram, na direção regional do FUNRURAL, o Dr. Marino e o Dr. Renato, que foram sem dúvida, os baluartes desta atuação exemplar do FUNRURAL do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que está encerra a Hora do Expediente, e concede mais dois minutos para conclusão da sua oração.

O SR. LÁZARO DUMONT — Gostaria, nobre Deputado Jayme Carvalho, com todo respeito e emoção que V. Exa. me fez sentir da tribuna, no dia de hoje, mas com todo o respeito, de discordar de V. Exa. porque o Governo da Revolução tem feito muita coisa com o FUNRURAL.

Iniciei minha vida sindical em fevereiro de 61. Não tive muito tempo de sindicalismo antes de 64. Mas, tive o suficiente para ter muitas decepções. Mas, o Governo de 64 pra cá tem se preocupado com o trabalhador rural, principalmente o Governo Castelo Branco que deu a abertura de todo o sistema previdenciário. Depois, o Presidente Costa e Silva, com o Decreto Lei 276, e a Lei Complementar número 11, estendeu, definitivamente, os benefícios aos homens do meio rural.

Encerrando, Sr. Presidente, gostaria de dizer que:

(Lendo): “Esses, em resumo, são os dados que evidenciam a ação do FUNRURAL, órgão que, por atribuição federal, se desincumbe da assistência previdenciária ao homem do campo.

Ao finalizarmos este relato, queremos — como justa lembrança, o reconhecimento — homenagear e registrar um voto de louvor ao trabalho lúcido de Líbero Massari, diretor geral do FUNRURAL, que, acompanhando desde o início a desenvoltura e o crescimento do sistema de atendimento à família rural, soube dar, a esse Fundo de Assistência, a característica de agilidade que dele se esperava. Não fosse por seu trabalho, a atenção constante que dispensa a todos os organismos de estrutura do órgão, o FUNRURAL talvez não fosse, hoje, a base para o amparo ideal que todos aspiramos ao homem da lavoura, nos anos futuros”.

E ainda com relação ao aparte do nobre Deputado Aragão de Mattos Leão, gostaria de estender também a homenagem que S. Exa. prestou ao Dr. Marinho e Dr. Renato, ao Dr. Carlos Alberto Costa Guimarães e Líbero Massari que iniciou suas atividades numa sala das mais acanhadas, e hoje, o FUNRURAL é uma grande expressão da função pública e administrativa de nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 238/75, que nega aprovação do Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Paranaguá, que objetivava dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito na área do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 239/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, objetivando Cooperação Técnica para implantação da Região Metropolitana de Curitiba. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 240/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de Campo do Tenente, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 241/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Apucarana,

objetivando execução de reparos e melhorias em diversos prédios de estabelecimentos de ensino naquela comuna. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 242/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 243/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Marilena, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 244/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de São João, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar do mesmo nome da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 245/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ubitatã, objetivando execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino da sede daquela comuna. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 246/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Astorga, objetivando execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 247/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Roncador, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar General Carneiro, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 248/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior com o município de Dois Vizinhos, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 249/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Santo Antonio do Caiuá, visando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 250/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Mandaguáçu, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 251/75, que aprova termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Lupionópolis, objetivando execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual Presidente Bernardes, da sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 252/75, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Wenceslau Braz, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. — APROVADO.



3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 203/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 159/75, que nega aprovação ao termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Cianorte, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer da CCJ., em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 185/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 147/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a transferência do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, para a União Federal. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 187/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem 150/75, encaminhando anteprojeto que dispõe sobre a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição 104/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o ministério da Agricultura, objetivando execução a nível Estadual, do Subprograma de Apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN. Parecer favorável da CCJ. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 062/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução de a nível estadual, do Subprograma de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes. — AGIPLAN.

Art. 2º — Esta. Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 104/75

Mensagem do Governador, transformada na presente Proposição, que encaminha cópia autêntica do termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério Estadual, do Subprograma de Apoio Governamental à Implantação do Plano Nacional de Sementes — AGIPLAN.

Cumpre, assim, o Senhor Governador do Estado, o disposto no item VII do Art. 22, da Constituição Estadual, e o interesse público da matéria está expresso no texto do tratado.

Pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente  
a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 62/75, 203/75 e de Lei nºs 143/75, 185/75 e 187/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli,

constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Banco Brasileiro de Descontos S/A., pela instalação de uma agência em Nova Aurora. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à magnífica realização da 1ª EXPOVEL, realizada na cidade de Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo seja instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito na sede do município de Porto Amazonas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de seja sustada a ação fiscal na cidade de Palmeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Mamédio C. Bark, diretor da Revista "Rumo Paranaense", extensivos ao jornalista Ali Bark, traduzindo nossa reverência pela extraordinária reportagem sobre a edificação da Biblioteca "Professor Bento Munhoz da Rocha Netto", construída e inaugurada pela brilhante administração do Sr. Prefeito da cidade de Maringá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente, solicitando a inserção na ata, do artigo publicado no jornal "Folha do Norte do Paraná" editada em Maringá, sob o título "Luiz de Direito inocentou Eli Diniz". — APROVADO. (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Tibúrcio Moraes, ocorrido em Santo Antonio da Platina. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 203/75, 143/75 e de Lei 185/75 e 187/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 62/75.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO FACCI, REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 1975.

#### JUIZ DE DIREITO INOCENTOU ELI DINIZ

O vereador e advogado maringaense Eli Pereira Diniz, que estava sendo acusado de participação em um curioso e complicado caso de compra e venda de mercadorias roubadas, acabou sendo inocentado pelo Juiz de Direito Fernando Antonio Vieira, da Comarca de Maringá, através de sentença que lavrou no último dia 5. Pelo despacho do Juiz, Eli Diniz não teve participação direta no crime e sim acabou se envolvendo em defesa de um cliente, este sim com participação direta.

O despacho, na íntegra, diz o seguinte:

"Vistos e examinados os presentes autos de ação penal nº 154/75, em que é autora a Justiça Pública e denunciados João de Souza, brasileiro, solteiro, tintureiro, com 28 anos de idade, residente nesta cidade; José Soares da Silva, brasileiro, casado, fotógrafo, residente nesta cidade e Eli Pereira Diniz, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade.

Conta da denúncia que, "no dia 01 de julho de corrente ano, o denunciado João de Souza egresso da Penitenciária do Estado do Paraná, foi detido por agentes desta D.P., com forte suspeita de participação no comentadíssimo delito de receptação e outros. No seu interrogatório à autoridade policial, confessou ter sido abordado em dias transatos, nesta cidade, por dois cidadãos e ele desconhecidos, os quais lhe propuseram

a que vendesse uma máquina Olivetti, um gravador-toca fitas marca internacional, e dois encerrados, sendo entretanto, tais elementos explicaram ao ora denunciado a origem criminosa dos objetos que estavam sendo postos à venda.

O denunciado, de posse da "res furtiva", e sabedor da origem criminosa das mesmas, pôs-se a oferecê-las a terceiros. Um terceiro elemento, desconhecido do denunciado, avisou-o de que José Soares da Silva, vulgo Zé fotógrafo, o segundo denunciado, adquiria objetos roubados e furtados. O primeiro denunciado procurou o segundo e ofereceu-lhe os produtos de furto que estavam em sua posse. O segundo denunciado, também sabedor da origem criminosa dos objetos que lhe eram vendidos, adquiriu ao primeiro em um toca-fitas, uma máquina de escrever e dois encerrados, sendo que de como pagamento, digo parte do pagamento, a quantia de Cr\$ 150,00, pois o primeiro denunciado declarara ao segundo estar com fome, já que saíra dias antes da Penitenciária do Estado. O segundo denunciado, de posse consciente das coisas furtadas, procurou o terceiro denunciado Eli Pereira Diniz, com o qual se comprometera em fornecer dois encerrados tudo fruto de furto, eis que não exerce qualquer ramo de comércio atinente a comercialização de tais objetos e, muito menos era possuidor legítimo de qualquer dos objetos que lhe foram encomendados pelo terceiro denunciado.

Ademais, o segundo denunciado procurou o terceiro para expor-lhe que havia adquirido objetos furtados e que temia a presença da polícia em sua casa, razão porque, solicitou a ajuda do terceiro denunciado para esconder "a res furtiva", na garagem da casa do terceiro denunciado, sendo que tal criminosa proposta foi deliberadamente pelo terceiro denunciado, sendo tal comportamento, Eli Pereira Diniz, prestou ao segundo denunciado José Soares da Silva, todo o auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime perpetrado pelo segundo acusado. Com tais procedimentos, os dois primeiros denunciados a saber João de Souza e José Soares da Silva, vulgo Zé Fotógrafo, estão incursos nas sanções do art. 180, caput., do Código Penal, e o terceiro denunciado, nas penas do art. 349 do mesmo Código.

Serviu para instruir a denúncia o inquérito policial em anexo, fls. 5, usque 34. Antes do oferecimento da denúncia foi decretada a custódia preventiva do denunciado João de Souza, e formalizada a mesma conforme certidão de fls. 32; Após recebida a denúncia foram os réus citados e interrogados, tendo no tríduo legal oferecido defesa prévia. Após o sumário as partes falaram no prazo do art. 499 do C.P.P.

Em razões finais as partes falaram tendo o Ministério Público pediu a condenação do réu João de Souza nas penas do art., 180, do Código Penal e a condenação de José Soares da Silva nas penas do art. 180, parágrafo primeiro do mesmo Código e relativamente ao terceiro pediu, dizendo que o delito a ele atribuído não restou demonstrado através da prova dos autos, fosse feita a devida justiça.

É o relatório. Passo a decidir. Porque envolveu-se na denúncia um advogado que nada mais fez que agir dentro do sagrado direito de defesa de seu constituinte. É realmente lamentável tal fato. Ora, o cliente, no caso Zé Fotógrafo procurou seu advogado por estar sendo acossado por alguns policiais, e num gesto de temor deixa os objetos que portava na residência do mesmo advogado, sem a ciência deste, eis que se encontrava em outra comarca, e após voltar para casa, tomando conhecimento através da empregada doméstica de tais fatos, procura entregar os objetos às autoridades e ainda, mesmo assim viu-se envolvido como se tivesse prestando auxílio a um criminoso.

... Não ocorreu favorecimento nenhum a criminoso por parte do réu Eli Pereira Diniz, porque tem o direito de defender seus constituintes com amplitude de defesa. Mas procurando as autoridades para depositar os objetos, foi mal interpretado, eis que segundo noticiam os autos, teria inclusive, sido advertido por estar com os objetos em sua casa, (depoimento de fls. 83 v);

Quanto aos objetos, os mesmos foram deixados debaixo de uma área coberta e aberta na casa do referido bacharel, e em nada alteraria sua conduta, se tivesse sido guardado os objetos dentro de sua casa, presente que procurou logo que tomou conhecimento de tal fato, as autoridades locais para a solução dos fatos. Agiu portanto, legitimamente como advogado, não comentando delito algum, sendo que seu envolvimento no presente processo foi injusto e descabido. Com efeito, no afã de se fazer justiça, ainda a tempo, o absolvo da acusação constante da denúncia, com fundamento no art. 386, inciso III, do Código de Processo Penal, por não constituir sua conduta nos fatos, infração penal.

Relativamente ao denunciado João de Souza, é o mesmo reincidente conforme declarou em seu interrogatório e o constante do documento de fls. 76.

Confesso ter pago os objetos de um tal "Mato Grosso" e outro indivíduo de nome "Roberto". Disse não saber tratar-se de objetos furtados e que "Jonas de tal", é quem indicou-o a Zé Fotógrafo para comprar-lhe os objetos. Ora, se se tratasse de coisas de origem honesta, mais facilmente os venderia, sem maiores cuidados.

Em verdade encontra-se provado que não se sabia pelo menos deveria desconfiar da origem criminosa dos objetos, eis que apesar de ter

dito que adquiriu ditos objetos de Mato Grosso e Roberto, não deu outras referências de tais indivíduos, e assim sendo, deveria presumir dadas as condições em que lhe foi oferecido o negócio, tratar-se de objetos de origem criminosa.

Todavia, não restou de todo provado soubesse da origem criminosa dos referidos objetos e mesmo tratando-se de um egresso da Penitenciária, com condenação por prática de receptação dolosa, não se pode presumir, face essas circunstâncias que soubesse da origem criminosa dos objetos presente de tal circunstância, para uma apelação não se pode fundar em presunção, mas em provas extremas de dúvidas.

Face ao exposto, desclassifico o delito para dolo culposos, ex vi do art. 180 parágrafo 1º do Código Penal, sem aplicar a regra do art. 384, do C.P.P. porque o fato descrito é o mesmo não o sendo, somente o enquadramento do mesmo no dispositivo legal.

Face o exposto, condeno o réu João de Souza nas penas do art. 180 § 1º do Código Penal, a pena de 6 meses de detenção, pena essa que aumento de dois meses face a reincidência do réu ficando em definitiva em oito meses de detenção, a qual torno definitiva face os pressupostos do art. 42 e a não concorrência de atenuantes ou agravantes.

A pena deveria ser cumprida na Penitenciária Central do Estado em Piraquara.

Relativamente ao réu José Soares da Silva, vulgo Zé Fotógrafo, o mesmo não cometeu o delito constante da denúncia. Ora tudo indica que se uma pessoa estranha venha a oferecer um objeto por preço mais ou menos condizente com o real tendo em vista tratar-se de objetos usados, não se pode considerar que haja desproporção entre o valor e o preço.

Porém, Zé Fotógrafo, sabendo tratar-se de um egresso da Penitenciária e com nome, como disse, deveria presumir tratar-se de objetos furtados. Foi o que ocorreu no caso dos outros. Eis que a tempo, desconfiou e procurou entregar os objetos às autoridades, surgindo daí o envolvimento inclusive de seu advogado envolvimento este comprovadamente injusto.

O réu José Soares da Silva, tomando as providências que entendeu necessárias impediu a tempo, a ocorrência de prejuízo às vítimas e sua conduta não pode ser considerada passível de pena razão porque, com fundamento no art. 386, inciso VI, do Código do Processo Penal, o absolvo da acusação que lhe moveu a Justiça Pública.

SEM CUSTAS

P.R.I.

Em 05 de dezembro de 1975.

Fernando Antonio Vieira

JUIZ DE DIREITO

# 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATIVA ATA DA 254ª SESSÃO ORDINÁRIA (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 24 DE DEZEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antonio Facci, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (30), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Luiz Gabriel Sampaio, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (24).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

# OFÍCIO:

Curitiba, 24 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que tomou posse no cargo de Líder da Bancada do MDB o ilustre Deputado Osvaldo Macedo, eleito para o cargo em reunião da Bancada levada a efeito em data de 16 último.

Pedindo a V. Exa. determinar as anotações necessárias e de direito, aproveito para agradecer as atenções que a Comissão Executiva presidida por V. Exa. proporcionou a esta Liderança, bem como aos demais administradores e funcionários da Casa, à imprensa, rádio e televisão.

Apresento a V. Exa. e a todos os votos de felicidade para o Natal.

Saudações Democráticas.

Sala das Sessões, em 24 de dezembro de 1975.

a) MUGGIATI FILHO

## REQUERIMENTO:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja enviado aos Srs. Secretários de Segurança Pública e da Educação e Cultura, na pessoa de seus titulares, fotocópias do Projeto de Lei nº 182/75, que trata do Sistema Euclydes de Identificação, cujo projeto conta com a participação e assinaturas da maioria absoluta dos Senhores Deputados.

Solicita seja acompanhado ao referido projeto, além de justificativa, o dossier em anexo.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o requerimento, face a necessidade esclarecedora as nossas autoridades do Estado e da República, em inovar o atual sistema de identificação, bem como da emissão de cédulas de identidade civil, funcional e estudantil.

A nossa posição louva-se por um sistema de identificação mais rápido, prático, de menos custo e que suas cédulas sejam definitivamente infalsificáveis.

O atual sistema de identificação tornou-se desatualizado, de impraticável continuidade, face pertencer ao passado.

É pensamento e desejo do requerente, como o foi dos Srs. Deputados paranaenses, em dar ao Brasil o nível de igualdade com os países considerados desenvolvidos, no tocante ao novo sistema de identificação, que se propõe, visto o mesmo oferecer garantia e segurança não só ao Estado, mas também aos seus concidadãos.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos a oportunidade de encaminhar a Mesa um ofício em que comunico oficialmente à Casa a posse do novo líder do MDB, nesta casa, eleito em reunião da bancada levada a efeito no último dia 16.

Desejo congratular-me com a bancada pela eleição do novo líder e proclamar o respeito e o agradável convívio com

todos os colegas de representação e com a liderança da maioria externando o meu agradecimento, à Comissão Executiva, aos administradores e funcionários da Casa, pela colaboração recebida por esta antiga liderança que, acreditamos, continuará a ser a mesma com a nova liderança.

Desejo enaltecer a colaboração da imprensa, rádio e televisão credenciados na Casa, que constituem verdadeiramente a "vista da Nação".

(Lendo): "Tivemos um ano repleto de incidentes políticos, mas a Bancada do MDB pôde se projetar pela constância de seus deputados na tribuna desta Casa, insuperáveis na defesa de teses políticas, sociais e econômicas.

Oferecemos soluções, no combate às medidas governamentais que julgamos erradas.

Defendemos, como defendeu a Liderança Nacional, pelo eminente Deputado Laerte Vieira, o nosso País, no combate à subversão, às doutrinas extremistas, à corrupção e às consequências administrativas, quando constatadas, sem negar apoio franco e leal às iniciativas em favor de nossas riquezas, isto é, das riquezas nacionais e melhoria das condições de vida dos trabalhadores de todas as categorias.

Lutamos pelo aperfeiçoamento do Poder Legislativo, tendo em vista que a lei é a principal fonte do Direito e, como tal, deve ser isenta de interesses ou pessoais ou partidários, de transações de qualquer tipo que denigrem o ato legislativo, causando injustiças. A norma jurídica, de natureza essencialmente política, pode representar uma reivindicação de ordem partidária e caracterizar-se pela ação de um partido político.

Mas a política, hoje também considerada como ciência foi definida por Rui como a "arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, leis escritas, ou tradições respeitáveis".

Nunca escondi os princípios liberais que defendo, com base em minha formação espiritual e na democracia social que almejo, mas nunca tive dúvidas de que todas as liberdades estão sujeitas à lei (sub lege libertas), visto que todas são susceptíveis de enganos, desvios e excessos, acontecendo, não raro, que se transformem em privilégios (para os favorecidos) e opressões (à maioria desfavorecida). Daí por que sempre me vali dos ensinamentos do economista Adam Smith: "Todo o indivíduo, enquanto não infrinja as leis de justiça, é plenamente livre de seguir o caminho que lhe dite o seu interesse, e empregar, onde lhe convenha, a sua indústria e o seu capital, em competência com o de outros".

São esses princípios que nos levam a acreditar que o Novo Ano venha a trazer a todos ainda maior estímulo na luta em favor dos interesses comuns da Pátria.

E tenham todos um FELIZ NATAL.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 203/75, que nega aprovação ao Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Cianorte, objetivando dar cumprimento aos dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Lei 143/75, que, com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, objetiva criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos serviços de Justiça do Estado. APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Lei 185/75, que dispõe

sobre a transferência do acervo da Estrada de Ferro Central do Paraná, para a União Federal. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 187/75, que dispõe sobre a Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 62/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 104/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando execução a Nível Estadual, do Subprograma de Apoio Governamental à implantação do Plano Nacional de Semente — AGIPLAN. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, comunicando hoje, a posse do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, no car-

go de líder da Bancada do MDB, eleito para o referido cargo em reunião da Bancada levada a efeito em data de 16 último. Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando sejam enviadas fotocópias do Projeto de Lei 182/75, que trata da instituição do Sistema Euclides de Identificação aos Srs. Secretários de Segurança Pública e da Educação e Cultura. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 26, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 62/75.

Levanta-se a Sessão.